

# **A Educação E O Planejamento Estratégico Para A Necessária Mudança De Paradigma: Uma Análise Crítico-Sociológica Sobre O Controle Social.**

Prof. Me. Jehu Vieira serrado Júnior

## **Resumo**

Este trabalho, de cunho qualitativo e bibliográfico, tem como objetivo analisar os conceitos ligados ao controle social, suas implicações históricas em nossa sociedade, bem como tecer considerações crítico-sociológicas sobre a necessidade de uma compreensão política do modo como a nossa educação tem sido conduzida e quais as conseqüências destas para a sociedade. Para tanto, este artigo apresenta em seu bojo três perspectivas distintas, porém, que se completam e estão intrinsecamente relacionadas às observações que delas advém. Tais articulações apresentam-se como subsídio teórico para a mudança de paradigma aqui defendida, a qual é cunhada na relação entre as abordagens conceituais que subsidiaram as argumentações aqui contidas, na trajetória da sociedade brasileira e os reflexos atuais do controle social imposto, bem como na análise e compreensão crítico-sociológica dos fatores multifacetados e multideterminados que fazem da educação um ato político.

**Palavras-Chave:** Controle Social, Educação, Politização

## **Introdução**

Compreender as nuances da administração de uma sociedade requer pré-requisitos que não são/estão disponibilizados para grande parte da população. Essa compreensão vem acompanhada da análise crítica, e não ingênua, da essência da sociedade, seu modelo político, ideológico e econômico, e das relações entre seus pares, ou seja, devemos nos atentar a compreender os diversos fatores no caldo histórico em que foram produzidos. No entanto, há que se considerar que essa compreensão torna-se mais difícil quanto maior é a quantidade de pessoas que se vêem tolhidas do processo decisório dos rumos de suas próprias vidas.

A condução intelectual aqui proposta desvela-se na análise histórico-filosófica do processo, cercado-se do cuidado necessário para evitar tanto a objetividade quanto a subjetividade demasiadas. É preciso que fique claro que por mais que nossas convicções ideológicas nos apontem o caminho e conduzam nossa análise, outros pontos de vista devem, com o mesmo afinco, ser levados em consideração, o que não significa que devemos ter uma posição de neutralidade diante dos fatos, muito pelo contrário, não há sequer espaço ou ilusão que tal exista.

À este respeito salientamos aqui que, assim como Nosella (2010, p. 33), quando analisamos um fato e colocamo-nos a escrever a seu respeito levamos o leitor ao local, ao momento e contexto histórico, ao recorte teórico, à delimitação do tema proposto, às expressões exatas da discussão, ao enfoque, ao destaque, ao comentário, à interpretação, à minha interpretação. Características essas que conferem ao escrito uma marca de subjetividade criativa, de preocupação política,

de sensibilidade e de estilo totalmente pessoais. Deste modo, a neutralidade não existe.

Assim, este trabalho, de cunho qualitativo e bibliográfico, tem como objetivo analisar os conceitos ligados ao controle social, suas implicações históricas em nossa sociedade, bem como tecer considerações crítico-sociológicas sobre a necessidade de uma compreensão política do modo como a nossa educação tem sido conduzida e quais as conseqüências destas para a sociedade.

É importante ainda frisar que as tessituras ideológicas aqui externalizadas encontram-se fundamentadas na perspectiva Gramsciana, e como tal são constituídas por peculiaridades conceituais que carecem de esclarecimento. As explicitações aqui defendidas são provenientes da análise de uma situação concreta, ou seja, o esforço analítico aqui desenvolvido encontra-se debruçado sobre o processo de nascimento, desenvolvimento, transformações e possível superação do paradigma vigente, mantendo a atenção aos acontecimentos importantes da época e que são inerentes ao objeto de estudo. Cabe ainda ressaltar que o “concreto” deve ser reconhecido como síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. E que a “análise concreta” está vinculada a procedimentos que permitem apreender a situação (o concreto real) e reproduzi-las no plano do pensamento. Assim, torna-se evidente nossa preocupação em dar conta da questão concreta do **controle social** na perspectiva histórica e historicista, buscando através do trabalho intelectual seus significados, funções e conseqüências.

Para tanto, este artigo apresenta em seu bojo três perspectivas distintas, porém, que se completam e estão intrinsecamente relacionadas às observações relacionadas ao tema proposto, qual seja, o **controle social**. Tais articulações estão fincadas nas relações entre as abordagens conceituais que subsidiarão as argumentações, na trajetória da sociedade brasileira e os reflexos atuais do controle social imposto, bem como na análise e compreensão crítico-sociológica dos fatores multifacetados e multideterminados que fazem da educação um ato político.

### **Educação, política e controle social: As várias abordagens.**

Antes de qualquer exercício analítico é essencial que os conceitos que nos reportaremos sejam esclarecidos. Este exercício pode parecer pragmático e até positivista, porém, tomamos o cuidado de explicitar nosso entendimento destes por entendermos que um leitor mais desavisado poderá se confundir ou interpretar equivocadamente os pontos que aqui pretendemos salientar.

Ao falarmos de educação impelimo-nos a pensar na ação ou efeito de educar (ensinar/promover) a outrem e/ou a si mesmo, de forma integral e harmônica, as capacidades físicas, intelectuais e morais necessárias ao convívio em sociedade.

É interessante neste momento (ainda que o retomemos mais tarde) salientar que a integralidade das capacidades humanas descritas acima dependem de uma série de fatores: **classe social, da condição histórica e econômica regional, da formação profissional e religiosa, da cultura adquirida, das aspirações políticas e dos designios estatais.**

Todavia, não conseguimos vislumbrar que uma harmonia entre estes fatores aconteça de fato atualmente. Aliás, este ideal tem se mostrado utopia,

contraditório, senão inexistente, no bojo de uma sociedade ao mesmo tempo “**democrática**” e “**capitalista**”.

De fato, é difícil que a população oriunda das camadas populares não se indigne com a situação da educação, saúde e segurança pública à ela oferecida. Creio que se esse contingente de pessoas “desavisadas” soubessem que essa desigualdade social é incentivada pelo modelo ideológico neoliberal, tão ardentemente propalado no final do século passado e início do atual com o codnome “**Globalização**”, com certeza estariam bem desapontadas com seus governantes.

Daí nosso primeiro questionamento: **Seria a “ignorância”, ou a manutenção desta, uma forma de controle social?**

Entendemos educação como um ato político. Essa afirmação delinea-se de forma simples, contanto que nos atentemos às suas funções sociais. Se a educação é arte de ensinar às pessoas conhecimentos que os ajudem a conviver em sociedade, a política é a ciência que estuda a organização da *polis* (da cidade, dessa mesma sociedade), ou seja, ambas se complementam. Logo, se o educador é aquele que, de maneira hábil nos ensina aquilo que precisamos saber, o político se dedica de forma sagaz, cortês e polida a tomar conta dos negócios públicos, do público, ou seja, do povo. Deste modo, educar também é politizar, ou seja, tornar a pessoa consciente dos seus deveres e direitos de cidadão, dar consciência política. E como em ambas **a neutralidade não existe**, não podemos pressupor e/ou analisar uma sem observar a perspectiva da outra. Podemos então aduzir que:

(...) toda a educação e tudo em educação é política. A questão, então, é saber de que lado se põe a voz que enuncia este ou aquele fato: do lado de um modelo de educação para a adequação ou do lado de uma educação para a transformação. (BRITTO, 2007, p.34)

Uma ressalva importante: o que é público (do povo) nem sempre é do público e sim para o público. E se assim for, na grande maioria das vezes o que é público não atende a contento às necessidades do povo. Agora, se quem governa o que é público é o Estado, e quem governa o Estado são exatamente aqueles que não se utilizam do serviço público prestado, por que tem condições de usufruir do privado, logo, o que é do público na verdade é do Estado, pois atende aos interesses do Estado. O problema é que os interesses do Estado não contemplam *in totum* as deficiências daqueles que lhes são submetidos, o povo. Essa divergência invariavelmente resulta em produção de desigualdades, as quais são defendidas ideologicamente pelo capitalismo neoliberal e *conditio sine qua non* para a manutenção da ordem e **controle social**.

Como afirmamos anteriormente, não pretendemos apontar somente um olhar à respeito dos pontos de vista aqui delineados para justificar nossos argumentos. Assim, devemos reconhecer que o Estado Brasileiro não é de todo mau, ele cumpre, e bem, seu papel dentro quadro econômico mundial.

Se analisarmos historicamente o Brasil desde sua colonização poderemos observar com riqueza de detalhes que os ideais democráticos e de equidade social nunca prevaleceram, sobretudo no que tange às camadas populares. Tudo bem que este panorama tem se modificado, contudo, há que se salientar que o início (ainda que superficial) de um novo delineamento desalienativo dos desmandos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) só

ocorreu a pouco mais de cinco anos atrás, com o pagamento da dívida com essas instituições e desnecessidade de tomada de novos empréstimos. Desta forma, não podemos culpar o governo por eventuais crises na educação, na saúde e na segurança pública simplesmente porque, na verdade, as tais não existem, nem nunca existiram. Pelo contrário, ele, o governo, tem cumprido desde a colonização o papel à ele atribuído, manter a desigualdade social, a dificuldade na aquisição de conhecimento àqueles que não precisam saber mais do que o necessário para manipular enxadas, apertar porcas e realizar tarefas outras que, nem de longe se aproximam dos grandes cargos. Ou seja, continuamos a formar pessoas simples, para realizarem serviços simples, receber salários simples, viver de modo simples, a criar seus filhos(as) de forma simples e assim, simplesmente, manter a população em seu *status quo*, sob seu controle, o **controle social**.

Ainda que muitos aleguem contraditórios à esse respeito fica claro que os maiores incentivadores institucionais da teoria neoliberal são, de fato, o Banco Mundial e o FMI. E para que não paire nenhuma dúvida à este respeito basta analisarmos as atuais condições impostas à Grécia (aqui incluam-se alguns países europeus que estão em iminente recessão econômica) para o recebimento de um novo empréstimo para evitar um caos ainda maior na economia mundial, e também as ações governamentais norte americanas para a contenção de seus problemas financeiros: redução dos gastos públicos, aceitação de pacotes de gestão ideológica e educativa, diminuição e contenção de gastos com aposentadorias, etc. Quem ainda defende este modelo político-ideológico é porque não depende deste para sobreviver, e demonstrando sua despreocupação e descomprometimento com a grande maioria da população (as camadas populares como costumamos chamar) não se cogita distribuição de renda, ampliação na qualificação da mão de obra, aumento do salário mínimo para que as pessoas possam quitar suas dívidas etc. Insisto: **Será isso controle social?**

O Brasil é um país emergente que tem se consolidado como potencial produtor de energia e combustíveis, tem uma economia estabilizada, deixou de ser devedor e passou a credor de instituições financeiras. Porém, mesmo sendo referência econômica, a necessidade de galgar lugares mais altos como um assento permanente no Conselho Mundial de Segurança da ONU lhe obriga a fazer concessões que ainda não estão muito bem claras mas, com certeza, regula atitudes e posicionamentos diante de fatos internacionais como a queda dos ditadores no Oriente Médio, a deportação de Césare Baptisti etc.

Sabemos que estamos diante de um paradigma complexo, contudo, essa compreensão não pode ficar restrita à meia dúzia de pessoas. Compreender o capitalismo como um regime sócio-econômico onde os meios de produção pertencem a sociedades privadas ou a particulares, que é autodeterminado, ideologicamente consciente e comprometido em expandir suas idéias pelo mundo, é meio caminho andado para a compreensão das atitudes e das conseqüências dele advindas desde sua ascensão.

Não devemos também nos descuidar de outro aspecto importante, vivemos num país democrático chamado Brasil. Contudo, democrático não significa igualitário. Aliás, democracia está ligada à ação de governar o povo, e não para o povo. E que o fato de podermos, através do voto popular, delegar ao democrata poderes administrativos sobre nossas vidas e o controle da sociedade em que vivemos, não garante sua presença nos momentos que mais se precisa que eles nos representem. Pior ainda, insistimos em nos enganar que o candidato

é sempre como este se apresenta em momentos de campanha. Sabemos também que mesmo não nos conhecendo perguntará por nossa família, que deixará de lembrar-se no mesmo instante que nos der as costas, que somos obrigados a exercer o **direito** de escolher nossos representantes e que podemos ser punidos por não exercitar o sufrágio universal, optatório diga-se de passagem, representado pelo voto. E mais uma questão então é deflagrada: **A relação entre democracia e controle social está condicionada também ao modelo capitalista de administração?**

O prezado leitor pode estar se perguntando: então porque não mudamos este paradigma? Esta questão é bem simples e o início desta compreensão já encontra-se evidenciado no início deste texto. Não há interesse político na resolução destes problemas,

(...) a verdadeira crise, por sua vez, indica que o capitalismo não pode resolver problemas que, de fato, para ele não são problemas, ou seja, uma sociedade estruturada na lógica da exploração do trabalho pelo capital, não questiona o seu próprio fundamento, não vê injustiça na sua prática social, não pode seriamente resolver os problemas da educação, a não ser aqueles que se fazem, necessariamente, solucionáveis para a reprodução do próprio sistema. (SANFELICE, 1996, p. 08).

A preocupação Estatal está voltada para ações complexas ligadas à dominação e fiscalização, ao **controle social**. E por mais contraditório que possa parecer, diante de todos os argumentos apresentados, **o social e a sociedade**, mesmo estando interligados tem em seu bojo características e objetivos diferentes, a saber: o que convém aos cidadãos e a organização (controle) destes, simultaneamente.

Diante de todas essas ponderações, e cientes que muitos outros fatores ainda poderiam ser explorados, podemos com um grau satisfatório de convicção afirmar que, mesmo sendo democrática a sociedade brasileira ainda sofre desigualdades mil, e se aquilo que foi idealizado para ser público não é administrado por alguém que de fato tem compromisso com esse atendimento, que represente a base, logo, podemos inferir que o controle social é determinado por organismos políticos, ideológicos e econômicos, os quais dão a tônica da condução de todo o processo.

Deste modo, lembramos ao prezado leitor que não podemos fechar nossos olhos e simplesmente fazer de conta que os apontamentos aqui desvelados são elocubrações acadêmicas de um rebelde que só utiliza seu tempo para culpar este ou aquele pelas mazelas do mundo. Não podemos nos acomodar até que nossas vozes sejam ouvidas e nosso clamor atendido, afinal, não pedimos mais do que é devido à uma população que desde o descobrimento do Brasil tem sofrido inconsciente e incondicionalmente, que é obrigada a conhecer, cultuar e enaltecer heróis fabricados pelos livros de história (bem mau contada por sinal), que sofre com a falta de perspectiva, por um simples motivo:

O olhar centraliza-se no umbigo do mundo, na metrópole: o barômetro da modernidade, a beleza de suas vitrines estilhaçadas pelas crianças. A violência é delas, pois é vista muitas vezes na televisão, aprimorada nas esquinas, testada no pátio das escolas e aplicada nas relações familiares e amorosas. Os filhos dos pobres nos assustam porque revelam o futuro. Mas os pobres continuam sendo os bandidos da história, pois esta foi e sempre será contada pelos ricos. (PEDRAZZINI, 2006, p. 18)

Não nos resta outro caminho senão o da indignação apontado por Paulo Freire (2001) como o despertar da consciência política da população para manter vivos os nossos sonhos e aspirações. Não podemos desistir de lutar contra as formas fatalistas e mecânicas de compreender nossa própria história, refutar os discursos econômicos neoliberais que afirmam ser inevitáveis a produção e manutenção da falta de moradia e da pobreza. Temos que nos esforçar para criar um contexto em que as pessoas possam questionar essas percepções e as circunstâncias nas quais se encontram, de modo que todos possam, individualmente, cumprir seu papel de protagonista ativo de sua própria história. Ter o **controle social** de sua vida e dos que dele dependem.

### **Há inverno lá fora: Considerações finais.**

Ao tentar atender às exigências contidas no edital buscamos neste trabalho desenvolver uma linha de raciocínio que propiciasse ao leitor, a qualquer leitor, as condições necessárias à compreensão do nosso ponto de vista. Para tanto, nos preocupamos em apresentar *a priori* o nosso posicionamento metodológico e ideológico por entendermos ser este o procedimento mais correto.

Procuramos nos abster de posturas que, por serem constrangedoramente e ingenuamente acríicas, se submetem a análises que pouco tem contribuído para a melhoria da educação e para uma compreensão crítica da nossa sociedade em geral.

Nossa proposta diante deste panorama encontra-se encrustado nos alicerces da sociedade, a escola. Enquanto virarmos as costas ante à falsificação e produção de um consenso que esconde a realidade apontada pelos resultados dos exames nacionais de avaliação do ensino divulgados a menos de um mês, onde ficou claro que entre as cem melhores escolas apenas treze são públicas, e destas, oito são mantidas por universidades ou escola militares.

Enquanto a conscientização política da população não acontecer de fato, enquanto os ritos tacanhos da omissão da garantia dos direitos constitucionais não se efetivar, enquanto a lógica da exploração da mão de obra barata subsistir, enquanto o povo não aprender desde cedo a tomar as rédeas da sua própria vida, enquanto a escola não for capaz de construir, selecionar, organizar, representar e distribuir o conhecimento, continuaremos a padecer do mal que o capitalismo neoliberal nos reserva.

Para que isso aconteça necessário se faz lutar pela garantia dos nossos direitos, os quais, como diria Gramsci, foram cercados de arames farpados cheios de espinhos eruditos e de sentinelas que insistem a gritar 'alto lá!'. E neste sentido orienta-nos a tomar a postura de De Sanctis como exemplo de conduta pedagógica a ser seguida,

(...) De Sanctis (verdadeiro comentarista), quando vê um rosto amedrontado, quando vê alguém humildemente retrair-se quase assustado por muito ter ousado, dele se aproxima, quase diria que o toma pelo braço com expansividade toda napolitana, o guia e lhe diz: 'Veja: o que achava difícil não o é, e vale a pena ser lido. Pula de vez essa cerca. Deixa que outros maxilares sangrem suas gengivas roendo aqueles espinhos de cerca". (GRAMSCI, 1980, p. 24)

Por fim, resta-nos a compreensão que, na impossibilidade imediata de mudança de paradigma, busquemos a transmissão de um conhecimento real,

inclusive às camadas populares, capaz de proporcionar ao indivíduo condições de lutar em condição de igualdade por lugar no mercado de trabalho.

Este ideal pode ser alcançado e temos que nos esmerar para que isso ocorra. Como sugestão ideológica sugerimos uma analogia feita a partir da relação feita por Gramsci entre o inverno e o agricultor: “nada cresce lá fora, só resta preparar os instrumentos para o futuro cultivo dos campos”.

Se hoje a educação parece estar em crise e não vemos a médio prazo a possibilidade de que os fatores (que como vimos são multifacetados e multideterminados) que cerceiam a produção de conhecimento que garanta a equidade de condições de acesso ao mercado de trabalho, nosso objetivo de educadores é, enquanto aguardamos o tempo melhorar, preparar as ferramentas, cuidar, selecionar, estocar as sementes, orientar aqueles que farão o plantio e a colheita dos frutos, ou seja, buscar estratégias (teóricas e práticas) eficientes para o preparo em profundidade daqueles que nos são entregues todos os dias à aprender.

**Controle social sim, mas igualdade de oportunidade é essencial.**

### **Referências Bibliográficas**

BRITTO, Luiz P. Leme. Alfabetismo e educação escolar. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Alfabetização no Brasil**: questões e provocações da atualidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cronache Torinesi**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1980.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEDRAZINI, Yves. **A violência nas cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANFELICE, José Luiz. Crise! Que crise! **Nuances**, nº. 2, v. 11, out/1996. p. 17-80.